

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE – FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO - NPGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO-SENSO”
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS**

CHRISLEY PINTO DIAS

**COMPETÊNCIA DOS PROFESSORES QUE
TRABALHAM COM CLASSE INCLUSIVA: realidade das
escolas públicas municipais de Aracaju.**

**Aracaju – SE
2010**

CHRISLEY PINTO DIAS

**COMPETÊNCIA DOS PROFESSORES QUE
TRABALHAM COM CLASSE INCLUSIVA: realidade das
escolas públicas municipais de Aracaju.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Núcleo de Pós-
Graduação e Extensão da FANESE,
como requisito para obtenção do título
de Especialista em Gestão Estratégica
de Pessoas.**

**Aracaju - SE
2010**

CHRISLEY PINTO DIAS

**COMPETÊNCIA DOS PROFESSORES QUE
TRABALHAM COM CLASSE INCLUSIVA: realidade das
escolas públicas municipais de Aracaju.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-
Graduação e Extensão da FANESE, como requisito para obtenção do
título de Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas.**

**Profª. Msc. Jussarra Maria Viana Silveira
NOME COMPLETO DO AVALIADOR**

**Profª Esp. Roberta_Costa Guimarães
NOME COMPLETO DO COORDENADOR DE CURSO**

**Chrisley Pinto Dias
NOME COMPLETO DO ALUNO**

Aprovado (a) com média: 8,0

Aracaju (SE), 08 de março de 2010

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar, a competência dos educadores que trabalham com alunos que possuem deficiência neste caso específico a surdez, a partir de um estudo realizado com professores das escolas municipais de Aracaju. Partindo da literatura de que as competências profissionais são necessárias para cada cargo, função ou profissão, iremos analisar este conceito de acordo com a idéia de inclusão educacional. Verificar se esses profissionais possuem competência profissional adequada para desenvolver um trabalho satisfatório ao aluno e ao sistema educacional. Para desenvolver esta análise foi realizada uma pesquisa qualitativa, sem desconsiderar a perspectiva quantitativa em três escolas públicas municipais de Aracaju. O artigo buscou elucidar as exigências profissionais (conhecimento, habilidades, atitudes, valores e ética) diante da conjuntura sócio-educacional. As possibilidades e limites que os educadores enfrentam cotidianamente, que podem ser superados através de investimentos na área, como capacitações. A metodologia do artigo consiste na análise de questionários, bibliografia e documental.

Palavras-chave: competência profissional, exigências profissionais, inclusão educacional, investimentos, possibilidades e limites.

ABSTRACT

The article is to examine the competence of educators who work with students who have disabilities to deafness in this particular case, from a study conducted with teachers from local schools of Aracaju. Starting from the literature that skills are required for each job, function or profession, we will analyze this concept in accordance with the idea of educational inclusion. Verify that these professionals have adequate vocational competence to develop a satisfactory to student work and the educational system. To develop this analysis was conducted a qualitative, quantitative without disregard the prospect in three public schools municipal Aracaju. Article sought to elucidate the professional requirements (knowledge, skills, attitudes, values and ethics) on short-term socio-educational. The possibilities and limits that educators face everyday, that can be overcome through investments in the area, as trainers. The methodology of the article consists in the analysis of questionnaires, bibliography and documentary.

Keywords: professional competence, professional requirements, including educational, investment, possibilities and limits.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	9
3 O TRABALHO DESENVOLVIDOS PELOS EDUCADORES	11
4 FORMAS DE IDENTIFICAR E AVALIAR AS COMPETÊNCIAS	11
5 ANÁLISE DE RESULTADOS	12
<u>5.1</u> Tempo de estudo dos alunos nas escolas pesquisadas	13
<u>5.2</u> A comunicação entre surdos e educadores na escola	14
<u>5.3</u> Experiência de trabalho com alunos surdos pelos professores 15	
<u>5.4</u> Capacitação de professores e gestores para trabalhar com a inclusão educacional	16
<u>5.5</u> Metodologias utilizadas em sala de aula com alunos surdos	17
<u>5.6</u> A visão dos docentes sobre o processo de inclusão do surdo no ensino regular	17
6 Considerações Finais	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a questão do desempenho dos profissionais da educação no desenvolvimento de suas atividades laborais em classes heterogêneas, considerando sua importância como processo social bilateral, onde os educadores necessitam se aperfeiçoar para trabalhar com pessoas com necessidades especiais, para que seus direitos educacionais possam ser garantidos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 11 de setembro de 2001.

A evidência deste assunto se dá pela necessidade de profissionais competentes na área educacional inclusiva, pois se encontram escassos, já que não há muitos com conhecimentos e habilidades para se trabalhar com esta realidade.

Contribuindo para esta temática, apresenta-se um estudo já pesquisado em 2008, sob uma nova óptica relacionada a três áreas de estudo: administração, serviço social e Educação. Importante para que haja uma discussão multidisciplinar, possibilitando intervenções, pesquisas e estudos sobre a temática inclusão.

O estudo foi realizado em três escolas públicas do município de Aracaju, que possuíam alunos com uma deficiência específica que é a surdez, uma das mais difíceis de serem trabalhadas, já que possuem uma linguagem não verbal denominada Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Buscou-se levantar a atual situação vivida por alunos com a surdez e docentes que atuam em classes educacionais heterogêneas, seus limites e possibilidades profissionais. Para tanto, considerou-se os seguintes atributos que compõem a competência profissional: conhecimento, habilidades, atitudes, valores e ética.

Para um melhor entendimento acerca da inclusão educacional e competência profissional, foram feitas pesquisas bibliográficas que contribuíram para um maior reconhecimento da realidade em foco, bem como para interpretação de elementos empíricos. Partindo da perspectiva orientadora do método descritivo¹ em que os fatos são objetivados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferências do pesquisador, utilizando-se

¹ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/pesquisa>. Acesso em 08 de fev de 2010.

as técnicas padronizadas de coleta de dados através de questionários e observações sistemáticas.

Foi realizada uma pesquisa de campo, onde foi utilizado como instrumento o questionário, que foi aplicado aos alunos com surdez e seus respectivos docentes, de escolas públicas municipais de Aracaju. Apenas três escolas possuíam alunos surdos inseridos em classes regulares. Estas unidades de ensino estão localizadas em três bairros do município de Aracaju: Siqueira Campos, Santo Antônio e Orlando Dantas.

Com a análise do estudo, foi possível observar que os docentes não possuem competências suficientes para trabalhar com deficientes em turmas regulares. Não existe incentivo dos órgãos públicos responsáveis incentivo e investimento para capacitar esses profissionais, tornado muito difícil o desenvolvimento de suas atividades.

Foram analisados as principais dificuldades no ensino do Surdo, e em trabalhar com turmas inclusivas, limitações percebidas nos alunos Surdos, os mecanismos utilizados em sala de aula, estratégias de superação dos problemas encontrados.

Neste sentido, inicialmente é apresentado o conceito de competências, para em seguida, ser decomposto na análise apontada acima que são as exigências da inclusão educacional e na seqüência são apresentados a pesquisa e seus principais resultados seguidos de algumas considerações finais.

2 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Com as transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea, as exigências profissionais tornam-se mais criteriosas e desafiadoras para os indivíduos, tendo que desenvolver várias competências e estarem atentos às novidades dos saberes.

As noções estruturantes do modelo das competências no mundo do trabalho são a flexibilidade, a transferibilidade, a polivalência e a empregabilidade. Para o capital, a gestão por competências implica em dispor de trabalhadores flexíveis para lidar com as mudanças no processo produtivo, enfrentar imprevistos (incidentes/eventos) e passíveis de serem transferidos de uma função a outra dentro da empresa requerendo-se, para tanto, a polivalência e a constante atualização de suas competências, o que lhes dá a medida correta de sua empregabilidade.

Normalmente, o conceito de competência vem atrelado à educação formal e a experiência profissional relacionada ao desenvolvimento de tarefas, mas ao pesquisar estudos desenvolvidos podemos observar que a competência também pode estar atrelada ao individual, a subordinação do profissional ao mercado de trabalho, ao enfraquecimentos das ações coletivas e a despolitização política e social, ou seja, pode ter vários conceitos.

De acordo com Pernenoud (2000), possuir conhecimentos ou determinadas capacidades não é o bastante para garantir que um profissional seja “competente”. Muitos profissionais que possuem conhecimentos ou capacidades importantes nem sempre sabem mobilizá-los de modo adequado, aplicando-os no momento oportuno.

Com as diferenças sociais, individuais os educadores devem se aperfeiçoar para ter diferencial no mercado de trabalho, além de conquistar respeito e credibilidade da sociedade.

Portanto, os profissionais utilizam suas competências quando se deparam com situações no âmbito do trabalho e servem como elo entre as condutas individuais e a estratégia da organização, agregando valor econômico e social tanto ao indivíduo quanto as organizações.

A competência resulta da mobilização, por parte do indivíduo, de uma combinação de recursos ou insumos. O indivíduo expressa a competência quando gera resultado no ambiente organizacional, decorrente da explicação conjunta de conhecimentos, habilidades e atitudes. (CARBONE,2006,p.44).

Segundo Carbone (2006), o conhecimento é o que a pessoa acumula durante a sua vida. Enquanto a habilidade é o que está armazenado na memória para ser utilizado. Podem ser intelectuais quando abrange essencialmente processos mentais de organização e reorganização de informações, podem ser motoras ou manipulativas, quando exigirem fundamentalmente uma coordenação neuromuscular. E atitude, por sua vez, refere-se a aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho.

3 O TRABALHO DESENVOLVIDOS PELOS EDUCADORES

O professor trabalha com alunos que possuem diferentes necessidades e tipos de aprendizagem, deve-se, portanto, ater aos três elementos: conhecimento, habilidade e atitude, para tornar o aprendizado do aluno eficiente e digno, de acordo com as exigências da LDB nº 9.394 de dezembro de 1996, zelar pela aprendizagem do aluno.

A competência também pode ser atribuída a um grupo ou equipe de trabalho. É neste sentido que a equipe pedagógica deve estar capacitada, ter habilidades suficientes para desempenhar as atividades diante da situação que se apresenta. Não desenvolver trabalhos isolados que satisfaça apenas uma parcela dos alunos, mas o coletivo, inclusivo, que atenda as necessidades de todos os educandos, independente de suas necessidades, físicas, mentais, auditivas ou visuais.

Em razão das relações sociais que se estabelecem no grupo e da sinergia entre as competências de seus membros em cada equipe de trabalho se manifesta uma competência coletiva, que representa mais do que a simples soma de competências individuais (LE BOTERF, 1999).

O profissional deve ser pró-ativo, ligado as novas tendências e leis postas para sociedade. Ser um profissional passivo, não atenuante as facetas e exigências educacionais não passa de um mero profissional ocupante de um cargo.

4 FORMAS DE IDENTIFICAR E AVALIAR AS COMPETÊNCIAS

A organização também deve estimular a competência do profissional, proporcionando capacitação, pesquisas para desenvolver um trabalho satisfatório, tanto para organização quanto para os alunos.

De acordo com a Política Nacional de educação Especial (PNE), deve existir a valorização do profissional de educação, deve ser dada uma atenção a sua formação inicial e continuada em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia de condições adequadas de trabalho, dentre eles

o tempo de estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

Muitos gestores vêm na avaliação de desempenho um conjunto de vantagens proveitosas para a melhoria da produtividade, sendo um meio para desenvolver os recursos humanos da organização, pois torna possível identificar o grau de contribuição de cada empregado para organização, identificar os empregados que possuem qualificação superior à requerida pelo cargo, identificar em que medida os programas de treinamento tem contribuído para a melhoria do desempenho dos empregados, promover o autoconhecimento e o auto desenvolvimento dos empregados, além de fornecer subsídios para definir o perfil requerido dos ocupantes dos cargos, remuneração e promoção, e também para elaboração de planos de ação para desempenhos satisfatórios.

Segundo Carbone (2006), outra alternativa para identificar as competências humanas existentes na organização é a utilização de instrumentos de auto-avaliação, por meio dos quais o próprio profissional indica o nível de importância das competências para o desempenho do seu papel ocupacional, assim como o grau em que ele domina ou expressa tais competências.

O desenvolvimento profissional não significa coagir os funcionários a adotar as metas da organização, nem sequer manipular seu comportamento. Muito pelo contrário, o desenvolvimento exige um relacionamento no qual cada um possa assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de seu próprio potencial de forma planejada e colocada em ação.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Foram aplicados dois questionários, um para cada população, ou seja, alunos com surdez e os docentes. A amostragem foi não-probabilística, pois a amostra foi selecionada de acordo com a disponibilidade de cada aluno e professor em participar do referente estudo.

Na coleta das informações foram considerados aspectos acerca da inclusão educacional dos alunos surdos, a comunicação entre os mesmos e os demais colegas de classe,

Quanto aos docentes, foi analisado o tempo de experiência profissional com os alunos surdos, depois foi verificado a comunicação, os mecanismos utilizados em sala de aula, a existência de capacitações, assim como práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem, as dificuldades e estratégias para trabalhar com esses alunos. Com base nos questionários aplicados, observam-se as seguintes questões descritas.

5.1 Tempo de estudo dos alunos nas escolas pesquisadas

Consta-se na análise que 70% dos alunos estudam 1 a 2 anos nas escolas municipais de ensino regular da cidade de Aracaju; 24% dos discentes estudam entre 3 a 4 anos e 6% estudam há 4 meses. É possível perceber na pesquisa que alunos Surdos estão inseridos nas escolas municipais regulares de Aracaju. Estas escolas não estão estruturadas com práticas pedagógicas que proporcionam condições de aprendizado e participação na vida escolar.

Uma das grandes dificuldades dos alunos surdos é a ausência de intérpretes em sala de aula, assim como a falta do conhecimento por parte dos professores da língua dos sinais.

Há um despreparo total dos docentes para trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, durante a pesquisa observamos que predominam aulas expositivas, com poucas ilustrações.

Assim, os discentes surdos apenas reproduzem no caderno o que é escrito no quadro, mas não lêem, nem respondem ou demonstram compreensão do que fazem.

Os alunos estão inseridos em sala regular, mas o aprendizado acontece com o apoio da sala de recurso e nas escolas especiais, que eles freqüentam.

5.2 A comunicação entre surdos e educadores na escola

Nas escolas a comunicação entre docentes e alunos é quase inexistente porque não há conhecimento da LIBRAS. Os professores não estão capacitados para ensinar os alunos com deficiência auditiva.

Como podemos observar no quadro abaixo:

Sujeitos pesquisados	Respostas
Suj.B	O professor fala e não entendo nada.
Suj. J	Entendo um pouco quando ele fala em LIBRAS ou faz Gestos.
Suj.L	Não entendo nada que o professor fala na sala.

Nas escolas essa realidade não se modifica. Os professores não estão capacitados para ensinar os alunos com deficiência auditiva, com a linguagem necessária– LIBRAS.

Se o aluno surdo não compreende o que o professor fala, isso pode desencadear duas condições decisivas para o resultado do seu processo educacional. Em primeiro lugar, não se estabelece vínculo e interação com o professor, aspecto fundamental ao processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Em segundo lugar, se a fala é o principal, senão o único canal de comunicação utilizado pelo professor, a apreensão de conteúdos ficava comprometida, contribuindo fortemente para o baixíssimo nível de escolaridade atingido.

De acordo com os depoimentos, os alunos encontram dificuldade frente às explicações do professor e não são atendidos na solução das suas necessidades. O professor não exerce, nessas circunstâncias, a sua função de viabilizar a aprendizagem do aluno, transferindo essa responsabilidade para o professor da classe especial.

Os docentes apresentam falta de preparo para trabalharem junto aos alunos surdos devido à ausência da oralidade dos educandos, os professores deveriam ter conhecimento mínimo da língua dos sinais para que o

aprendizado não fosse prejudicado. Observamos que não são aplicadas metodologias contextualizadas com a realidade destes alunos e estas dificuldades entravam ainda mais o processo de inclusão dos deficientes auditivos.

5.3 Experiência de trabalho com alunos surdos pelos professores

Na pesquisa percebemos que 71% dos professores nunca tiveram experiências com alunos surdos; e 29% dos entrevistados informaram que já trabalharam com alunos surdos.

Através do estudo compreendemos que os professores que já lecionaram em classes mistas (ouvintes e surdos) não têm o preparo suficiente da língua dos sinais, dificultando o processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos.

Verificamos que é preciso haver um projeto político-pedagógico que reconheça as diferenças e garanta a construção de uma escola preparada para incluir todos, assentado no princípio social da inclusão e que prepare o professor para que o mesmo esteja comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento dos discentes surdo.

Na pesquisa podemos verificar que os professores possuem um tempo relativo de ensino, além de serem efetivos na organização. Podemos concluir que a efetividade do concurso público seleciona pessoas com conhecimentos, mas que em sua maioria não possuem habilidades e atributos suficientes para lidar com as diferenças.

São necessários educadores sem preconceitos, que estejam dispostos a desenvolver estratégias e se capacitar para atuar com esse perfil de classe para concretizar sua visão de futuro. É necessário políticas mais firme para capacitar os docentes, políticas que sejam colocadas em prática e estimuladas pelos gestores.

5.4 Capacitação de professores e gestores para trabalhar com a inclusão educacional

Através dos dados obtidos verificamos que 14% dos entrevistados afirmaram que não têm capacitação para trabalhar com aluno surdo, em específico, com a utilização de LIBRAS; enquanto 86% informaram que essa capacitação só acontece para os docentes da sala de recurso.

Estes dados mostram que a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas do sistema regular de ensino aumenta em termos de desafio como resultado da formação docente, a maioria dos professores egressos dos cursos de formação acadêmica é mal preparada para lidar com a heterogeneidade escolar.

Os alunos surdos necessitam de uma adaptação diferenciada nos procedimentos de ensino. Embora sua capacidade intelectual não esteja comprometida, as limitações sensoriais requerem procedimentos específicos, ou seja, a utilização da língua dos sinais.

A falta de capacitação gera dificuldades na dinâmica de trabalho do professor em turmas mistas.

Como podemos verificar nas verbalizações abaixo:

Sujeitos pesquisados	Respostas
Suj.1	A falta de domínio de LIBRAS, falta de cursos de capacitação na área, a não possibilidade de um intérprete em sala.
Suj. 2	A falta de experiência no assunto e de cursos.
Suj.6	Falta de material, falta de conhecimento.
Suj.3	Falta de preparo.

Na análise da pesquisa observa que as dificuldades enfrentadas pelos professores detêm-se à falta de capacitação na área de Educação Especial e conhecimento de LIBRAS. Isso interfere na aprendizagem do aluno surdo, tornando-os um mero “expectador”.

5.5 Metodologias utilizadas em sala de aula com alunos surdos

Observamos que 37% dos professores entrevistados utilizam como metodologia de ensino-aprendizagem, gestos e expressões faciais; 19% avaliação diferenciada; 19% posicionam-se no campo visual dos alunos; 13% usam LIBRAS, 6% utilizam orientações específicas e 6% utilizam participações de intérpretes.

Quanto à participação de intérpretes como recursos metodológicos, segundo os professores das escolas pesquisadas, tal função não existe nas instituições pesquisadas, o que se observa em alguns casos é que os professores da sala de recursos são chamados para traduzir as provas uma vez que os alunos muitas vezes não sabem ler.

Os dados coletados nas instituições reforçam a falta de capacitação dos docentes para trabalharem com alunos surdos, além da ausência de intérpretes em sala de aula como foi pontuada acima. O decreto nº. 5626/05 em seu Art. 23. regulariza as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, proporcionando aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

5.6 A visão dos docentes sobre o processo de inclusão do surdo no ensino regular

A escola tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, proporcionando o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de competências, ou seja, possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

O processo de acessibilidade dos alunos surdos em escolas regulares torna-se uma tarefa muito difícil. A inclusão está além do ingresso destes alunos.

Na pesquisa realizada nas escolas foram percebidas as dificuldades dos professores em incluir aluno surdo em classe regular. Como observamos nas verbalizações abaixo:

Sujeitos entrevistados	Respostas
Suj.6	Muito difícil e complicado para o aluno surdo. Devido principalmente ao acesso ao conteúdo (a comunicação). A falta de material didático e metodologia utilizada na sala de aula, bem como a postura dos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem.
Suj. 2	Não deveria existir a inclusão, ou melhor, somente os professores capacitados deveriam trabalhar com alunos surdos.
Suj.5	Precisamos de cursos, capacitação para ingressarmos nesse mundo novo sem muita dificuldade.
Suj.7	É muito difícil embora seja possível, pois requer uma atenção constante de professor e um domínio de LIBRAS para não deixá-lo excluído do processo ensino/aprendizagem.
Suj. 3	Se o aluno surdo usar aparelho e for trabalhada a oralidade o processo ensino-aprendizagem acontece. Para que isso surta mais efeito é preciso capacitar o professor.

Nos relatos dos professores de classe comum que trabalham com alunos surdos inseridos nestas classes, constatamos que eles se sentiam completamente despreparados para propiciar aprendizado aos seus alunos surdos, gerando-lhes sentimentos de angústia e frustração. Essa postura do professor pode ter decorrido da visão prevalecente sobre Educação Especial, a função do professor, isto é, que o aluno com necessidades educacionais especiais não deve ser atendido na classe comum, não é função do professor da classe comum ensiná-lo, ele não foi preparado para isso.

Nas verbalizações acima percebemos que, na sua maioria, os docentes pesquisados destacaram como uma das principais barreiras da

inclusão escolar dos surdos no sistema regular de ensino, a falta de preparo dos mesmos para trabalharem com classe heterogênea.

Na análise podemos perceber que nas escolas pesquisadas não existiam metodologias diferenciadas para os alunos Surdos. Estes eram submetidos a avaliações iguais aos demais alunos, apenas o que diferenciavam era a utilização da sala de recursos. Sendo esta composta por professor capacitado em Libras e tendo a função de auxiliar o aluno Surdo como reforço das atividades desenvolvidas em sala de aula, destacamos, ainda segundo os alunos entrevistados, que apenas nas salas de recursos os mesmos conseguem compreender o conteúdo ministrado em sala de aula, uma vez que é utilizada a língua dos sinais.

6 Considerações Finais

Com este artigo buscou-se compreender os limites e possibilidades dos educadores ao desenvolver suas competências profissionais ao trabalhar com alunos deficientes, especificamente os alunos Surdos em classe regular. Como se desenvolve essas competências e interação; analisando o processo ensino-aprendizagem, como o sistema educacional está estruturado profissionalmente para receber esses alunos e a importância da inclusão para professores, alunos e instituição.

Observou-se que apesar das escolas trabalharem há um tempo considerável com alunos que possuem deficiência, o despreparo educacional é evidente.

Os docentes relatam que a área educacional não possui, nem possibilita uma estrutura (física, material e humana) adequada para atender os alunos com deficiência auditiva em classes regulares, isto dificulta todo o processo de inclusão.

Neste estudo pode-se perceber que os professores não estão preparados para trabalhar com esse perfil de alunos, não desenvolve uma metodologia que possa incluir e facilitar a compreensão dos alunos, e muitas vezes não tem interesse de desenvolver habilidades para trabalhar com tal. Percebe-se que as capacitações que são ofertadas ficam restritas aos professores das salas de apoio, os quais já possuem competência, habilidades e utilizam uma metodologia diferenciada para o ensino.

Fica evidente que para garantir o desenvolvimento de um bom trabalho, com as competências necessárias, deverá ofertar capacitação na área de educação especial para os demais docentes, motivando-os e sensibilizando para um projeto educacional inclusivo, desta forma, mostrar a importância em receber esses alunos e possibilitar momentos de discussão e aprendizado, que não tenham limites e sim disposição para formação necessária. Desenvolver atividades coletivas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

O estudo reforça o quanto é necessário o profissional ter competências para desenvolver seu trabalho, em qualquer âmbito. Ter comprometimento com

o projeto organizacional, desafiando seus limites, superando suas habilidades, mas para isso, é importante construir um projeto coletivamente, e proporcionar estrutura para o desempenho desses profissionais.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**. Integração, nº 23.p.37-42, 2001.

CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO, Hugo Pena; LEITE, João Batista Diniz; VILHENA, Rosa Maria de Paula. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas. Ed. Compacta, 2000

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 517p, 2004.

ESTEVES, Manuela. **Construção e desenvolvimento das competências profissionais dos professores**. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 8, 2009. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=21&p=41>, acesso em 03 de fev. De /2010.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectivas sociointeracionista. São Paulo: Ed. Plexus. 2002.

LAUREIRO, Luis Eduardo Neves. **Competências profissionais ou estilo de gestão?**. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/competencias_profissionais_ou_estilo_de_gestao/20217. Acesso em 02 de fev de 2010.

MUSSAK, Eugenio. **Metacompetência**: uma nova visão do trabalho e da realização pessoal. São Paulo: Ed. Gente, 2003.

PERRENOUD, Phillipe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre. Ed. Artmed, 2000.

DOCUMENTOS

BRASIL. Decreto- lei nº 10.172, 9 de janeiro de 2001. Diário Oficial [da] República do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 10 de jan. 2001.

BRASIL. Diretrizes e Bases da educação Nacional - LEI 9394-96. Brasília: Congresso Nacional. DOU 23 de dez. 1996. Disponível em: http://www.mp.pe.gov.br/procuradoria/caops/caop_infancia/Lei_9394_96.htm Acesso em 02 de Jan. 2010.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília. MEC/SEESP, 1993.

